

MIRZA e MALAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ 19.947.676/0001-15



4ª Alteração de Contrato Social

FLÁVIO MIRZA MADURO, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, Advogado, residente e domiciliado à Rua Nascimento Silva nº. 416 ap. 202, Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22421-026, portador da carteira de identidade nº. 104.104 da OAB/RJ e do CPF/MF nº. 051.749.567-83, e-mail: flaviomirza@mirzamalan.com.br;

DIOGO RUDGE MALAN, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, Advogado, residente e domiciliado à Rua Jequitibá, nº 01 bl. 02 ap. 904, Gávea, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22470-110, portador da carteira de identidade nº. 98.788 da OAB/RJ e do CPF/MF nº 070.287.917-77, e-mail: diogomalan@mirzamalan.com.br;

ANDRÉ MIRZA MADURO, brasileiro, casado em regime de separação parcial de bens, Advogado, residente e domiciliado à SQN 214, Bloco B, ap. 111, Asa Norte, na cidade de Brasília/DF, CEP 70873-020, portador da carteira de identidade nº. 155.273 da OAB/RJ e do CPF/ MF nº. 105.911.657-08, e-mail: andremirza@mirzamalan.com.br;

AMANDA DE MORAES ESTEFAN, brasileira, solteira, Advogada, residente e domiciliada à Rua Santa Clara, nº. 219 ap. 702, Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22041-011, portadora da carteira de identidade nº. 198.053 da OAB/RJ e do CPF/ MF nº. 109.198.337-21, e-mail: amandaestefan@mirzamalan.com.br;

Únicos sócios da Sociedade de Advogados, denominada **"MIRZA e MALAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS"**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Avenida Almirante Barroso, nº. 91 Grupo 707/708, Centro, CEP 20031-005, com seu contrato social arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Rio de Janeiro sob o nº RS 002338/2014, em 20 de fevereiro de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.947.676/0001-15, e filial na cidade de Brasília/DF, no Condomínio Centro Empresarial Brasil 21, SHS Quadra 6 Conjunto A Bloco E, Sala 425, Complexo Empresarial Brasil 21, Asa Sul, CEP 70316-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.947.676/0002-04, doravante designada simplesmente "Sociedade", resolve, na melhor forma de direito, alterar o referido contrato social de conformidade com a Lei nº 8.906/94, pelos Provimentos nº. 112/2006 e 147/2012, do Conselho

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1ª - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

Pelo presente instrumento, os sócios resolvem de comum acordo, alterar a administração da sociedade que passará a ser exercida, em conjunto ou isoladamente, pelos sócios ANDRÉ MIRZA MADURO e AMANDA DE MORAES ESTEFAN.

Face ao exposto a **Cláusula Sétima** passará a ter a seguinte redação:

"SÉTIMA: A administração da sociedade será exercida, em conjunto ou separadamente, pelos sócios ANDRÉ MIRZA MADURO e AMANDA DE MORAES ESTEFAN (já qualificados), os quais, para essa finalidade, praticarão todos os atos de administração necessários, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ficando dispensados de prestar caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os sócios-administradores poderão: (i) abrir e movimentar contas bancárias; (ii) emitir, sacar e endossar cheques (iii) endossar e assinar qualquer documento público ou particular que esteja conforme os objetos da sociedade e que visem à boa gestão dos negócios, desde que não se choquem com as disposições deste instrumento; (iv) representar a sociedade perante repartições públicas federais, municipais, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista; (v) dar e receber quitação de valores devidos à sociedade; (vi) firmar correspondências e atos de simples rotina (vii) endossar títulos para efeito de cobrança ou depósitos em nome da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os sócios-administradores, em conjunto ou separadamente, poderão outorgar mandato a terceiros para a prática de atos não relacionados à atividade-fim da sociedade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os sócios não poderão advogar individualmente sem que os honorários revertam em benefício da sociedade, exceto com conhecimento prévio e consentimento dos demais.

PARÁGRAFO QUARTO: Não se incluem na vedação contida no parágrafo terceiro acima: (i) a advocacia *pro bono*, desde que exercida com moderação, de sorte a não interferir nos objetivos da sociedade; (ii) a assistência jurídica gratuita, prestada na qualidade de docente de prática forense vinculado a instituição pública de ensino superior; (iii) a confecção de pareceres jurídicos, contratados em razão da titulação acadêmica de um dos sócios."

2ª - CONSOLIDAÇÃO

Consolida-se o contrato social para que as alterações passem a fazer parte do mesmo na íntegra.



RM

2

PD

MIRZA e MALAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ 19.947.676/0001-15



PRIMEIRA: A sociedade adota a razão social *MIRZA e MALAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS*.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de falecimento de um dos sócios cujo nome constar da razão social, os demais sócios deverão celebrar alteração contratual, para modificá-la, de modo a excluir o nome do sócio falecido.

SEGUNDA: A sociedade tem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Avenida Almirante Barroso, nº. 91, Grupo 707/708, Centro, CEP 20031-005, e filial na cidade de Brasília/DF, no Condomínio Centro Empresarial Brasil 21, SHS Quadra 6 Conjunto A Bloco E, Sala 425, Complexo Empresarial Brasil 21, Asa Sul, CEP 70316-902, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional, obedecidas as disposições legais vigentes.

TERCEIRA: A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços advocatícios, sendo vedada a consecução de qualquer outra atividade. Tais serviços serão prestados em conjunto ou individualmente, em se tratando de atos privativos de advogado, revertendo ao patrimônio social os respectivos honorários.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os serviços objeto do *caput* desta cláusula poderão ser prestados em todo território brasileiro e/ou no exterior.

QUARTA: É indeterminado o prazo de duração da sociedade.

QUINTA: O capital da sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) cotas de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do País, tendo a seguinte distribuição entre os sócios:

SÓCIOS	COTAS	R\$
FLÁVIO MIRZA MADURO	3.300	3.300,00
DIOGO RUDGE MALAN	3.300	3.300,00
ANDRÉ MIRZA MADURO	3.300	3.300,00
AMANDA DE MORAES ESTEFAN	100	100,00
TOTAL	10.000	10.000,00

FRM

M²
E

AD



SEXTA: Além da sociedade, os sócios responderão subsidiariamente e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia.

SÉTIMA: A administração da sociedade será exercida, em conjunto ou separadamente, pelos sócios ANDRÉ MIRZA MADURO e AMANDA DE MORAES ESTEFAN (já qualificados), os quais, para essa finalidade, praticarão todos os atos de administração necessários, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ficando dispensados de prestar caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os sócios-administradores poderão: (i) abrir e movimentar contas bancárias; (ii) emitir, sacar e endossar cheques (iii) endossar e assinar qualquer documento público ou particular que esteja conforme os objetos da sociedade e que visem à boa gestão dos negócios, desde que não se choquem com as disposições deste instrumento; (iv) representar a sociedade perante repartições públicas federais, municipais, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista; (v) dar e receber quitação de valores devidos à sociedade; (vi) firmar correspondências e atos de simples rotina (vii) endossar títulos para efeito de cobrança ou depósitos em nome da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os sócios-administradores, em conjunto ou separadamente, poderão outorgar mandato a terceiros para a prática de atos não relacionados à atividade-fim da sociedade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os sócios não poderão advogar individualmente sem que os honorários revertam em benefício da sociedade, exceto com conhecimento prévio e consentimento dos demais.

PARÁGRAFO QUARTO: Não se incluem na vedação contida no parágrafo terceiro acima: (i) a advocacia *pro bono*, desde que exercida com moderação, de sorte a não interferir nos objetivos da sociedade; (ii) a assistência jurídica gratuita, prestada na qualidade de docente de prática forense vinculado a instituição pública de ensino superior; (iii) a confecção de pareceres jurídicos, contratados em razão da titulação acadêmica de um dos sócios.

OITAVA: Os sócios realizarão reuniões de sócios para deliberar, sobre assuntos de interesses sociais. Serão lavradas atas das reuniões, que serão assinadas pelos presentes e arquivadas na sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A periodicidade das reuniões será determinada pelos sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As reuniões serão convocadas por qualquer dos sócios-administradores, por e-mail, carta ou qualquer outro meio pelo qual razoavelmente se possa inferir que houve a regular transmissão da informação.

TRM 4
e M²

PARÁGRAFO TERCEIRO: As reuniões serão instaladas com a presença de sócios representando, no mínimo, dois terços do capital social, e as deliberações serão tomadas por maioria dos presentes.

PARÁGRAFO QUARTO: À cada quota corresponderá um voto.

NONA: Competirá aos sócios, reunidos na forma da Cláusula Oitava acima, definir a política de contratação de honorários da Sociedade, observando-se o que se segue, sendo certo que a aprovação ou alteração da política de honorários deve contar com o voto afirmativo de sócios representando dois terços do capital social.

PARAGRAFO ÚNICO: A política de contratação de honorários estabelecerá as hipóteses nas quais será exigida aprovação específica de sócios, a ser obtida através da assinatura dos sócios em um documento que identifique a matéria objeto a autorização, ou em reunião de sócios, na forma da Cláusula oitava.

DÉCIMA: Competirá aos sócios, reunidos na forma da cláusula Oitava acima, definir: (i) o valor do pro-labore que será pago aos sócios que exercerem a administração da Sociedade; (ii) a política de distribuição de resultados e de formação de reservas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A deliberação sobre as matérias previstas nesta Cláusula exige o voto afirmativo de sócios representando, no mínimo, dois terços do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Salvo deliberação em contrário dos sócios, na forma desta Cláusula Décima, a alteração na política de distribuição de resultados aplica-se a todos os ingressos de recursos efetuados posteriormente à alteração, ainda que decorrentes de contratações de honorários anteriores.

DÉCIMA PRIMEIRA: As cotas da sociedade não podem ser transferidas, cedidas ou oneradas de qualquer forma, direta ou indireta, a terceiros estranhos a sociedade sem a anuência formal e prévia dos sócios representando, no mínimo, dois terços do capital social, que terão em qualquer caso direito de preferência na proporção de suas respectivas participações no capital social para adquirir ou indicar outros para adquirirem as cotas em questão, pelo valor nominal das cotas;

PRIMEIRO PARÁGRAFO: A retirada, interdição ou falecimento de qualquer sócio não dissolverá a sociedade, que continuará com os sócios remanescentes. O sócio retirante, ou os sucessores do sócio interdito ou falecido, receberão os respectivos haveres, que corresponderão ao valor nominal das cotas, em um único pagamento a ser realizado 30 dias depois da retirada, interdição ou falecimento.



RM

M²
E

RA



PARÁGRAFO SEGUNDO: Os herdeiros, legatários ou sucessores do sócio falecido só poderão ingressar na sociedade caso atendam as condições previstas na Lei nº. 8.906/94 e, principalmente, se houver concordância formal, prévia e unânime dos sócios renascentes. Na ocorrência dessa hipótese, poderão ingressar na sociedade após fazerem, de forma particular, todos os acertos necessários com os demais herdeiros, legatários e sucessores.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a exclusão de sócio da sociedade por comprovada falta de colaboração ou por falta grave. O sócio excluído receberá os seus haveres, que corresponderão ao valor nominal das cotas, em um único pagamento a ser realizado 30 dias depois da deliberação de exclusão.

DÉCIMA SEGUNDA: O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levantar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: - A participação de cada sócio nos lucros poderá ser feita mensalmente, e corresponderá a exata proporção dos respectivos trabalhos realizados e responsabilidades pessoais assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

PARÁGRAFO TERCEIRO: - A Sociedade poderá levantar balanços relativos a períodos inferiores ao exercício social, incluindo balanços mensais, e distribuir resultados aos sócios com base neles.

PARÁGRAFO QUARTO: - Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expresse conhecimento dos demais sócios.

DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro desta Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda desde contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

DÉCIMA QUARTA: Os sócios FLÁVIO MIRZA MADURO, DIOGO RUDGE MALAN, ANDRÉ MIRZA MADURO e AMANDA DE MORAES ESTEFAN (já qualificados) declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para exercerem a advocacia ou participarem desta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta Seccional e que não

RM

Az

estão incurso em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta sociedade.

E por estarem em perfeito acordo com tudo quanto neste instrumento particular foi ajustado, obriga-se as partes a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, que também o subscrevem, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 2018.

Flávio Mirza Maduro

FLÁVIO MIRZA MADURO

Diogo Rudge Malan

DIOGO RUDGE MALAN

André Mirza Maduro

ANDRÉ MIRZA MADURO

Amanda de Moraes Estefan

AMANDA DE MORAES ESTEFAN



TESTEMUNHAS:

Cristina Aparecida Souza de Pinho

Cristina Aparecida Souza de Pinho
CRC-RJ 113326/O-5
CPF: 607.000.767-00

Alcides Cardoso Rocha

Alcides Cardoso Rocha
CPF: 275.512.537-34
CI 2.687.238-2 DETRAN

OAB - RJ

Certifico que a presente--
alteracao contratual encontra-se
registrada nesta Secao, desde
dezoito de outubro de dois mil e
dezoito, sob o nro. RS.--
002.338/2014.-----

Rio de Janeiro, dezoito de
outubro de dois mil e
dezoito.-----



Oficial do Registro

